

Estratégias de Procura do Trabalho, Uso do Seguro-Desemprego e Qualificação Profissional na Região Metropolitana de Recife

Desde o final de 2005, as entidades que integram o **Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (Sistema PED)** vêm desenvolvendo ações para ampliar a utilização de suas bases de dados no delineamento de políticas públicas que promovam o desenvolvimento, bem-estar e maior equidade.

Em 2008, foi incluída nesta agenda a geração de novas informações primárias que, associadas às já corriqueiramente levantadas pelas seis unidades de pesquisa do Sistema PED, alavancassem o patamar de entendimento sobre as dinâmicas que condicionam a absorção e valorização da força de trabalho em importantes regiões metropolitanas. Assim, oportunizada pelo projeto *Consolidação do Sistema Estatístico PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamentos (Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N°. 092/2007 – DIEESE e Termos Aditivos)*, entre maio e outubro de 2008, foi realizada a pesquisa domiciliar *Informações para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda*.

Na Região Metropolitana de Recife, esta investigação concretizou os esforços da Secretaria Especial da Juventude e Emprego do Estado de Pernambuco, Agência CONDEP/FIDEM e DIEESE e seus primeiros resultados são apresentados neste Boletim. Em particular, este primeiro estudo, traz informações relativas aos requisitos exigidos do trabalhador no momento da contratação ou organização do negócio ou empresa, bem como os mecanismos ou meios utilizados para obtenção da inserção ocupacional, além do uso do seguro-desemprego.

Meios e requisitos para a obtenção de trabalho assalariado na Região Metropolitana de Recife

Entre maio e outubro de 2008, as informações apuradas pela **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)** mostram que 58,5% dos 2.967 mil indivíduos com 14 anos ou mais de idade, residentes na **Região Metropolitana de Recife** se engajavam no mercado de trabalho, o que permite estimar que 1.736 mil pessoas faziam parte da População Economicamente Ativa (PEA). Entre os economicamente ativos, 1.385 mil trabalhadores integravam o contingente de ocupados e 351 mil estavam desempregados, percentual que correspondia a 20,2% da PEA (Tabela 1).

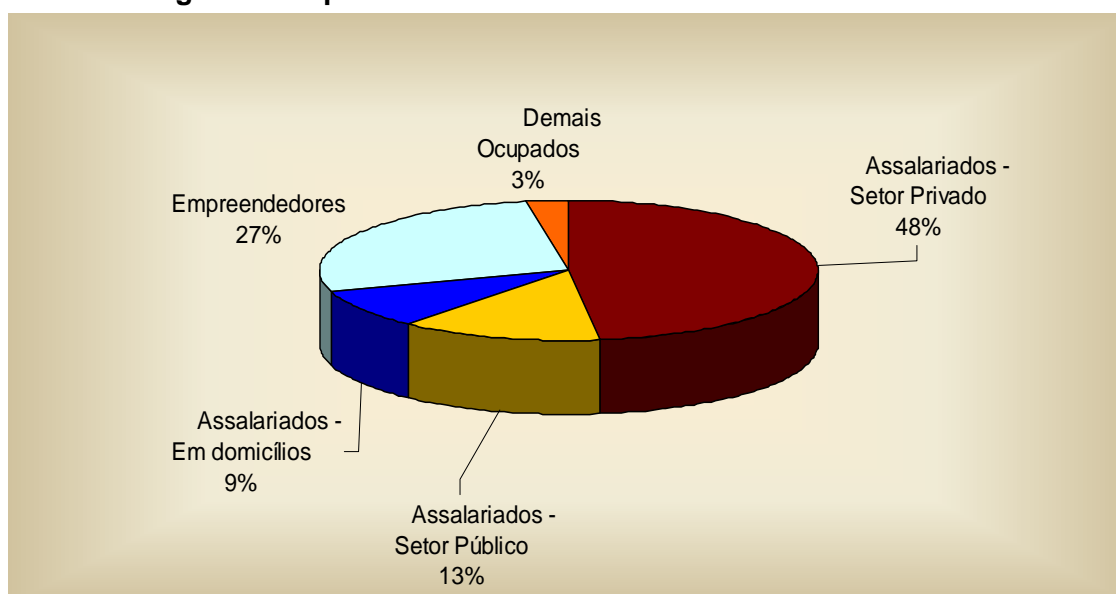
TABELA 1
Estimativas da População em Idade Ativa com 14 anos e mais, população economicamente ativa, ocupados, desempregados e inativos
Região Metropolitana de Recife - Maio a Outubro de 2008

Indicadores	Estimativas (em mil pessoas)	%
População em Idade Ativa (em 1.000 pessoas)	2.967	100,0
População Economicamente Ativa	1.736	58,5
Desempregados	351	11,8
Ocupados	1.385	46,7
Inativos	1.231	41,5
Taxas		
Participação (em % da PIA)	58,5	-
Desemprego (em % da PEA)	20,2	-

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

No período investigado, a forma de inserção ocupacional predominante na RMR era o assalariamento (69,9%), que contava com parcela expressiva de trabalhadores na esfera produtiva privada (47,9%), secundariamente no setor público (13,2%) e em menor escala em domicílios, por meio do emprego doméstico (8,8%). Dentre as inserções restantes, sobressai o ocupado que se dedica à organização do próprio negócio e/ou empreendimento (26,8%) (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Distribuição dos ocupados, segundo formas de inserção
Região Metropolitana de Recife – Maio a outubro de 2008



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Entre maio e outubro de 2009, para 63,5% dos assalariados o acionamento da *rede de contatos pessoais* foi decisivo para a conquista do posto de trabalho atual. Em sequência, os meios mais utilizados para a obtenção do trabalho por aqueles que se empregaram em empresas, órgãos públicos ou domicílios foi o *contato direto com o empregador* (20,5%) e o engajamento em *concursos públicos* (11,7%).

A proporção de assalariados que obteve o posto de trabalho atual por meio de estruturas especializadas para a intermediação da força de trabalho foi menor (4,2%). Neste caso, a alocação de trabalhadores realizada por agências privadas de emprego e estágio superava o esforço de intermediação da rede de atendimento pública (1,6%) (Tabela 2).

A proporção de empregados que relataram ter obtido o trabalho atual por meio de parentes, amigos ou conhecidos era acentuadamente maior entre os trabalhadores domésticos (97,0%), para os quais parece essencial esta via para circulação de informações tanto sobre disponibilidade de vagas, quanto das relativas ao perfil dos candidatos. Também era muito expressivo, o percentual daqueles inseridos no setor privado (68,1%) que lograram êxito na busca do posto de trabalho. Embora, em patamar mais discreto, a rede social também era um meio relevante para a obtenção do emprego público (23,6%).

TABELA 2
Distribuição dos assalariados de 14 anos e mais por setor institucional, segundo meio utilizado para obtenção do trabalho atual
Região Metropolitana de Recife - Maio a Outubro de 2008

(%)

Meios para obtenção de trabalho	Total	Setor institucional		
		Setor Privado ⁽²⁾	Setor Público	Em Domicílios
Total de Assalariados⁽¹⁾	100,0	100,0	100,0	100,0
Empresa empregadora/Empregador	20,5	26,8	9,4	(3)
Agência privada/órgão intermediação de estágio	2,6	2,6	(3)	(3)
Organizações comunitárias/Centrais e Sindicatos	(3)	(3)	(3)	(3)
Rede Social	63,5	68,1	23,6	97,0
Concurso público	11,7	(3)	62,0	-
Posto público de atendimento ao trabalhador	1,6	2,2	(3)	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Inclui contratados com e sem carteira assinada do setor privado, contratados do setor público, empregados domésticos.

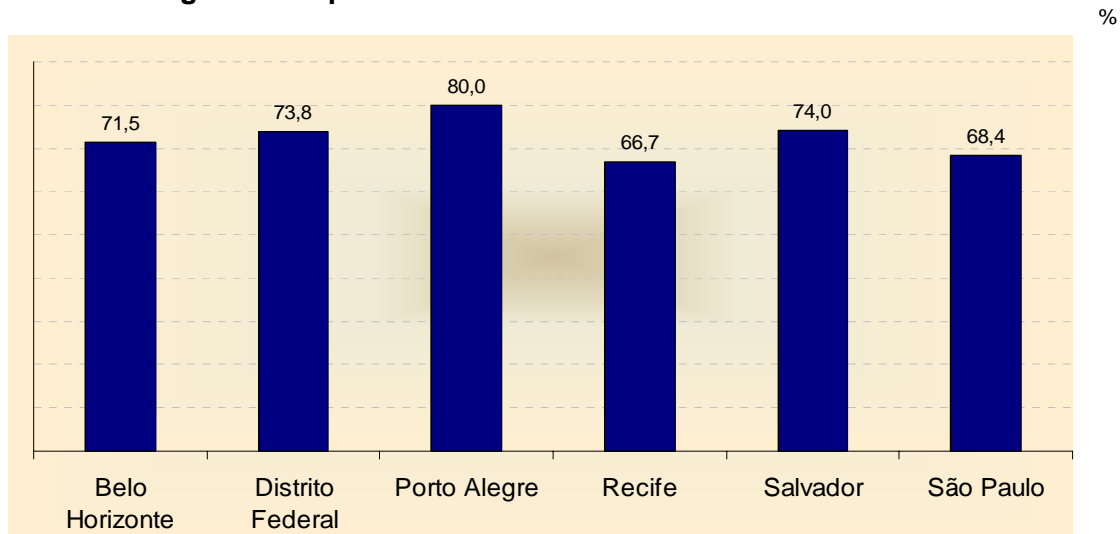
(2) Inclui contratados com e sem carteira de trabalho assinada e exclui os empregados domésticos.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O contato direto com a empresa ou empregador era mais frequente entre os assalariados do setor privado (26,8%), sendo o segundo modo mais eficiente para obter um posto de trabalho neste segmento. Este meio também era relatado como meio de acesso ao trabalho no setor público por 9,4% de seus assalariados. O concurso público, por sua vez, constituía a via predominante de inserção no emprego público (62,0%).

Superada a tarefa de encontrar a via ou meio eficaz para a obtenção do trabalho, para 66,7% dos assalariados da RMR a contratação esteve sujeita ao atendimento de exigências ou requisitos por parte do então candidato à vaga oferecida. Esta proporção ficava ligeiramente aquém da observada na Região Metropolitana de São Paulo e é substantivamente menor que a identificada nas demais áreas metropolitanas (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Proporção de assalariados para os quais foram exigidos requisitos na contratação
Região Metropolitana de Recife – maio a outubro de 2008



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Como relacionadas às expectativas de produtividade, cognição e habilidade, as condições requeridas dos assalariados eram principalmente de níveis específicos de escolaridade (55,4%) e experiência profissional anterior (27,9%). Em menor medida, porém figurando de modo relevante estavam aqueles assalariados aos quais foi necessário comprovar a realização de cursos ou deter conhecimentos específicos (17,3%) (Tabela 3).

Os requisitos a serem preenchidos pelos assalariados no momento da contratação variam de acordo com o setor institucional do trabalhador. Assim, como estratégias de acesso ao emprego público predominantemente se associam à submissão de seleções ancoradas em exigências de cognição e atestados de escolaridade, entre maio e outubro de 2008, a proporção de assalariados neste segmento para os quais foi exigido determinado patamar de escolarização chegou a 86,5%. Porém, exigências definidas com maior precisão ou ainda conhecimentos específicos esperados dos postulantes a vagas ou postos de trabalho no setor público da RMR foram requeridos de substanciais 21,9% de seu contingente de ocupados. Além disso, a proporção de servidores públicos para os quais a experiência anterior foi decisiva na contratação alcançou 11,9%.

TABELA 3
Proporção de assalariados para os quais foram exigidos requisitos na contratação
por setor institucional, seguindo tipo de exigência.
Região Metropolitana de Recife – Maio a outubro de 2008

Setor Institucional	Exigências requeridas			
	Total ⁽³⁾	Escolaridade	Cursos ou outros conhecimentos ⁽⁴⁾	Experiência Profissional
Total de Assalariados ⁽¹⁾	66,7	55,4	17,3	27,9
Setor Privado ⁽²⁾	69,6	56,3	19,1	34,5
Setor Público	88,4	86,5	21,9	11,9
Em Domicílios	18,4	(5)	(5)	15,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Inclui contratados com e sem carteira assinada do setor privado, contratados do setor público, empregados domésticos.

(2) Inclui contratados com e sem carteira de trabalho assinada e exclui os empregados domésticos.

(3) Totaliza os empregados para os quais houve exigência de algum pré-requisito.

(4) Inclui cursos de capacitação profissional na área pretendida, conhecimento de idiomas estrangeiros, conhecimento de informática e outros conhecimentos.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

No setor privado, embora as exigências de níveis específicos de escolarização sejam menores que no setor público, estas estão longe da irrelevância, pois para mais da metade de seus assalariados este foi um critério definidor para obtenção do posto de trabalho (56,3%). A experiência anterior de trabalho tornou possível a contratação para mais de um terço do contingente assalariado no setor produtivo privado (34,5%).

O emprego doméstico responde por parcela expressiva da ocupação metropolitana (8,8%), constituindo-se, sabidamente, em espaço de absorção da força de trabalho feminina. Nesta inserção, as trabalhadoras tendem a reproduzir, no âmbito profissional, atividades, habilidades e parâmetros de conduta amealhados ao longo da vida privada e aprendidos em seu próprio domicílio. Deste modo, as exigências requeridas aos trabalhadores, neste segmento, restringem-se quase exclusivamente à experiência anterior, mesmo assim para apenas 15,8% deles.

O quadro de estratégias de procura de trabalho bem sucedida ainda é completado pela relação entre os meios de obtenção do posto ou vaga e requisitos exigidos para a contratação do trabalho assalariado. Esta perspectiva indica que o enfrentamento de precondições para contratação é relevante para todos os meios utilizados na obtenção de trabalho, mesmo sendo sensivelmente menor para 54,2% dos trabalhadores que alcançaram o posto atual por meio de rede de parentes, amigos ou conhecidos (Tabela 4).

Outro aspecto relevante é a inequívoca predominância das exigências de escolaridade em todos os meios utilizados para a obtenção de trabalho. Para além dos já esperados níveis de escolarização requeridos entre aqueles que se engajam pela via do concurso público (96,7%), chama atenção o fato de que a exigência de escolaridade se fez sentir por 70,9% obtiveram o

trabalho atual por meio de agências privadas de intermediação e/ou agenciadoras de estágio e por 74,1% dos que procuraram por oportunidade nos postos públicos de intermediação.

A experiência de trabalho anterior desponta como segundo requisito para que esses assalariados tenham logrado êxito na busca por ocupação, sendo mais proeminente entre os que se utilizaram do contato direto com o empregador (39,8%) e secundariamente pelos que o fizeram através de parentes, amigos e/ou conhecidos (27,7%). Já cursos e conhecimentos específicos foram mais exigidos, sobretudo pelos assalariados que ultrapassaram as seleções realizadas diretamente pelos empregadores, isso ocorreu para 27,5% desses trabalhadores.

TABELA 4
Proporção de ocupados de 14 anos e mais contratados, para os quais foram exigidos requisitos para o exercício do trabalho atual, segundo meio utilizado para obtenção do trabalho atual e tipo de exigência requerida.
Região Metropolitana de Recife - Maio a Outubro de 2008

Meios utilizados para a obtenção do trabalho	Exigências requeridas			
	Total ⁽²⁾	Escolaridade	Cursos ou outros conhecimentos ⁽³⁾	Experiência profissional
Total de Assalariados ⁽¹⁾	66,7	55,4	17,3	27,9
Empresa empregadora/Empregador	82,1	70,9	27,5	39,8
Agência privada/órgão intermediação de estágio	97,9	94,4	(4)	(4)
Organizações comunitárias/Centrais Sindicais	(4)	(4)	(4)	(4)
Rede social	54,2	40,5	12,0	27,7
Concurso público	96,8	96,7	22,2	7,5
Posto público de atendimento ao trabalhador	87,8	74,1	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Inclui contratados com e sem carteira assinada do setor privado, contratados do setor público, empregados domésticos

(2) Totaliza os empregados para os quais houve exigência de algum pré-requisito.

(3) Inclui cursos de capacitação profissional na área pretendida, conhecimento de idiomas estrangeiros, conhecimento de informática e outros conhecimentos.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Por fim, cumpre registrar que os meios utilizados na busca de trabalho e as exigências requeridas para o preenchimento dos postos oferecidos guardam relação com a estabilidade e rendimentos auferidos através do trabalho contratado. Assim, na Região Metropolitana de Recife encontravam-se assalariados com períodos de permanência maior em suas inserções atuais entre aqueles aos quais foram exigidos níveis determinados de escolaridade e cursos e/ou conhecimentos específicos - respectivamente, 77 e 65 meses. Já os salários, são maiores para os assalariados para os quais foram exigidos cursos (R\$ 971) (Tabela 5).

TABELA 5
Tempo médio de permanência no posto de trabalho atual e rendimento médio real dos assalariados por tipo de exigência requerida na contratação Região Metropolitana do Recife – Maio a Outubro de 2008

Exigências Requeridas	Tempo Médio de Permanência (Em meses)	Rendimento Médio Real Mensal ⁽¹⁾
Total	73	914
Escolaridade	77	987
Cursos ou outros conhecimentos ⁽²⁾	65	971
Experiência Profissional	51	825

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Em reais de setembro de 2008

(2) Inclui cursos de capacitação profissional na área pretendida, conhecimento de idiomas estrangeiros, conhecimento de informática e outros conhecimentos

Uso do seguro-desemprego na Região Metropolitana de Recife

Na Região Metropolitana de Recife, 12,7% dos residentes com idade igual ou superior aos 14 anos lançaram mão do suporte financeiro dado pelo seguro-desemprego em algum momento ao longo dos últimos oito anos. Este era, até outubro de 2008, o menor patamar observado entre as regiões investigadas pelo Sistema PED. Mesmo assim o contingente que fez uso deste mecanismo para sustentação temporária de renda na RMR ficou estimado em 377 mil pessoas (Tabela 6).

Quando esta população usuária do seguro-desemprego é examinada sob a perspectiva de sua inserção econômica atual, destaca-se que é maior a expressão daqueles que estavam utilizando ou tinham utilizado este instrumento entre os ainda economicamente ativos (11,0%). Esta situação, por sua vez, decorre da proporção mais elevada entre os trabalhadores ocupados no momento da pesquisa (8,0%), que perderam postos de trabalho assalariado com carteira de trabalho assinada nos últimos oito anos. Entre os desempregados, que no momento das entrevistas pressionavam a estrutura produtiva da RMR buscando uma oportunidade de trabalho, 3,0% estavam usando ou usaram o seguro entre 2000 e 2008. Por seu turno, entre os inativos, 1,7% faziam ou fizeram uso do seguro-desemprego.

TABELA 6
Proporção de pessoas com 14 anos e mais que usam ou usaram seguro-desemprego
nos últimos oito anos, segundo condição de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Maio a Outubro de 2008

Condição de Atividade	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal					
	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
População Total	18,8	15,9	20,7	12,7	15,5	18,3
População Economicamente Ativa	16,2	14,0	17,9	11,0	13,8	16,1
Ocupado	14,4	11,2	15,3	8,0	10,3	13,5
Desempregados	1,8	2,8	2,6	3,0	3,5	2,6
Em Desemprego Aberto	1,3	1,7	1,9	1,8	2,1	1,7
Em Desemprego Oculto	0,5	1,1	0,7	1,2	1,4	0,9
População Inativa	2,5	1,8	2,8	1,7	1,7	2,2

*Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE*

Diferenças regionais existentes no volume de usuários do seguro-desemprego devem levar em conta, naturalmente, o modo como as economias estudadas reagiram às instabilidades econômicas da primeira metade da década de 2000, sobretudo, seus reflexos no grau de eliminação, circunstanciais ou definitivas, de postos de trabalho. Este movimento determinante do limite superior ou teto de uso do seguro, porém, dada à heterogeneidade de vínculos contratuais existentes da força de trabalho metropolitana, é limitado pela proporção dos empregos com carteira assinada nesses mercados de trabalho.

Embora a Região Metropolitana de Recife venha convivendo com taxas de desemprego relativamente elevadas, que giraram em torno dos 20,0% da PEA entre janeiro de 2000 e outubro de 2008, em simultâneo, tem mantido um percentual restrito de inserções assalariadas registradas em carteira. De tal modo, o número médio de postos de trabalho assalariados com carteira assinada perdidos na RMR ficou aquém do volume observado nas demais áreas investigadas pelo Sistema PED, o que é compreendido pelas características gerais do mercado de trabalho local (Gráfico 3 e Tabela 7).

GRÁFICO 3
Taxa de desemprego
Região Metropolitana de Recife
Jan./2001 a Out./2008

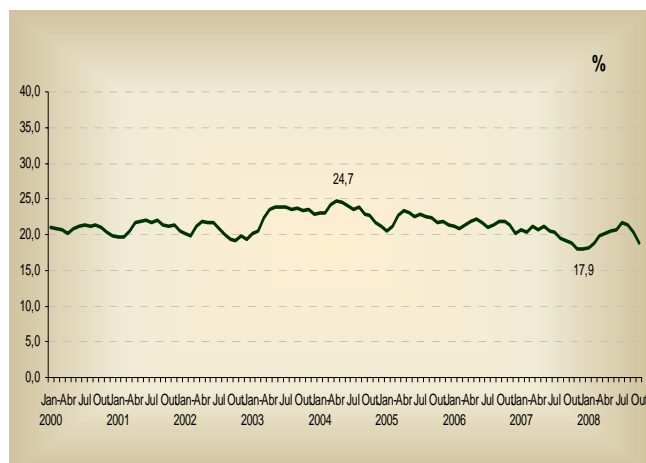


TABELA 7
Número de postos de trabalho
assalariados com carteira assinada
perdidos nos últimos oito anos
Regiões Metropolitanas e Distrito
Federal – Maio a outubro de 2008

Regiões Metropolitanas	Número absoluto
	Postos assalariados c/carteira perdidos
Belo Horizonte	1,6
Distrito Federal	1,4
Porto Alegre	1,6
Recife	1,4
Salvador	1,5
São Paulo	1,5

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Balizado o volume de postos de trabalho perdidos (1,4) que, a princípio, habilitam ao recebimento das parcelas do seguro-desemprego, foi observado que o número médio de uso desse benefício ficou bem mais restrito (1,3 vezes). Entre as razões que limitaram o acesso efetivo ao seguro-desemprego pelos trabalhadores da RMR, o fato de o tempo de permanência no posto perdido não alcançar o limite mínimo de 6 meses destacou-se (24,4 %), seguido pelo afastamento do trabalho ter ocorrido por iniciativa do empregado (16,2%). Já a finalização de contratos temporários de trabalho motivou o não recebimento do seguro por 12,5% dos trabalhadores que perderam postos assalariados regulamentados (Tabela 8).

TABELA 8
Distribuição das pessoas com 14 anos que perderam postos de trabalho assalariados
nos últimos oito anos e não usaram seguro-desemprego
Região Metropolitana de Recife - Maio a Outubro de 2008

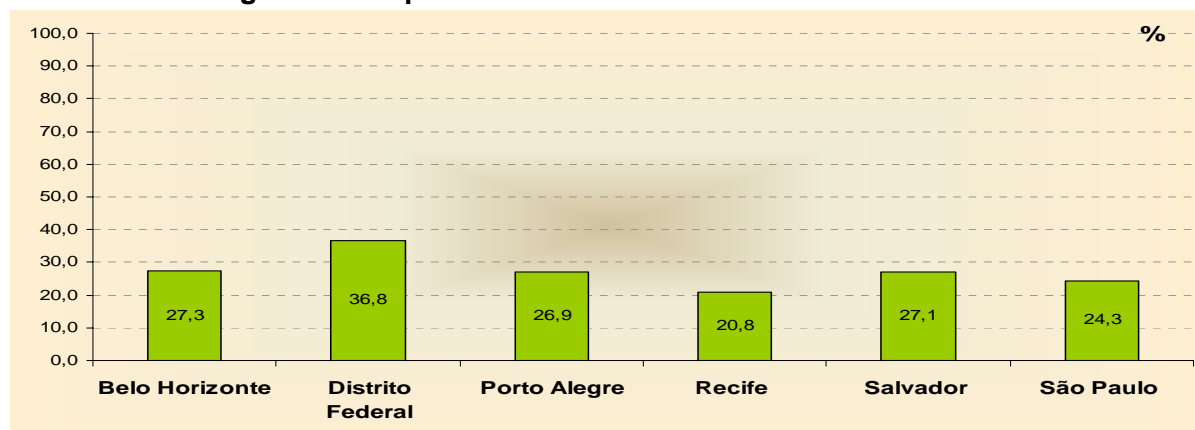
Motivos de não ter usado o seguro-desemprego	%
Contrato Temporário	12,5
Pediu demissão	16,2
Não ficou desempregado nesse período	15,3
Teve outras rendas/trabalhos	(2)
Faltou completar o período de carência	24,4
Não vale a pena/muita burocracia	(2)
Foi despedido por justa causa	(2)
Outros	31,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Qualificação Profissional na Região Metropolitana de Recife

Nos últimos três anos, a participação em algum curso ou treinamento destinado à qualificação profissional mobilizou 20,8% da população com 14 anos e mais de idade na Região Metropolitana do Recife. Este percentual, que incorpora todas as iniciativas realizadas no âmbito da preparação para o trabalho, ficou ligeiramente aquém do identificado na maior parte das áreas metropolitanas investigadas pelo Sistema PED (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Proporção das pessoas de 14 anos e mais segundo realização de cursos de capacitação e/ou qualificação nos últimos três anos
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – maio a outubro de 2008



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Analisada sob a perspectiva da inserção ocupacional e condição socioeconômica, identifica-se que é maior a proporção daqueles que buscaram qualificação nestes últimos três anos na RMR entre os atuais desempregados (35,4%), secundariamente, assume maior importância entre os ocupados (25,2%), e é menor entre inativos (11,7%). Em qualquer uma dessas inserções, é inequívoca a relação entre iniciativas de qualificação e renda disponível por membro da família. De tal sorte, mais da metade dos desempregados do grupo 4, maior patamar de renda familiar per capita, participaram de cursos formativos (Tabela 9).

TABELA 9
Proporção da população de 14 anos e mais que realizou cursos de capacitação e/ou
qualificação por condição ocupacional,
segundo grupos de renda familiar *per capita*
Região Metropolitana de Recife – maio a outubro de 2008

Situação no trabalho	Grupo segundo renda familiar <i>per capita</i>				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	14,6	17,0	19,1	27,0	20,8
Desempregado	24,6	32,8	40,3	52,5	35,4
Ocupado	12,3	17,6	22,5	35,1	25,2
Inativo	10,9	11,3	9,3	12,4	11,7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Obs.: Grupo 1 corresponde aos 25% de famílias com menores rendimentos per capita, Grupo 2 corresponde aos 25% de famílias com rendimentos imediatamente superiores ao Grupo 1, e assim por diante, até o Grupo 4, que corresponde aos 25% das famílias com maiores rendimentos per capita.

Contudo, disparidades em níveis de renda de modo isolado não explicam as diferenças na qualificação. De fato, características pessoais, longe de conferirem neutralidade aos mercados de trabalho, como já identificado em estudos anteriores, no mínimo potencializam desigualdades. De fato, as mulheres da Região Metropolitana de Recife apresentaram maior propensão para frequentar cursos de qualificação que os homens. Já a tendência ligeiramente mais elevada à qualificação registrada pela população não negra parece contrariar a intensidade da presença deste grupo de cor na região (Tabela 10).

As informações coletadas pelo Sistema PED também registram a estreita relação entre qualificação profissional e a juventude, período em que esta formação pode tornar-se instrumento de ingresso no mercado de trabalho, movimento que é favorecido pela disponibilidade de renda. Desse modo, para a população com idade entre 18 e 24 anos do grupo 4, a proporção dos que vêm buscando formação profissional chegou a 55,8%. Na medida em que a renda cresce observa-se que os cursos e treinamentos se incorporam à rotina dos adultos, sobretudo os inseridos em unidades familiares de maior renda: 41,2% dos indivíduos com idade entre 25 a 39 anos do grupo 4 participaram de cursos de qualificação nos últimos três anos. O mesmo ocorreu com 28,5% daqueles na faixa etária entre 40 e 49; e 19,5% dos com mais de 50 anos, inseridos no mesmo grupo de renda.

Existe estreita relação entre qualificação profissional por cursos ou treinamento e escolaridade, o que se evidencia com a incorporação de recortes de renda. Com efeito, quanto maior a escolaridade, maior o percentual de participação em cursos preparatórios para o trabalho, o que se acentua com o ensino médio completo e níveis de renda mais elevados. Entre os que completaram o ensino superior, 47,2% realizaram cursos de capacitação e/ou qualificação, proporção que no grupo 4 aumentou para 49,4%.

TABELA 10
Proporção da população de 14 anos e mais que realizou cursos de capacitação e/ou qualificação por atributos pessoais, segundo grupos de renda familiar *per capita*
Região Metropolitana de Recife – maio a outubro de 2008

Atributos pessoais dos membros das famílias (de 14 anos ou mais)	Grupo segundo renda familiar per capita				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	12,3	17,6	22,5	35,1	25,2
Sexo					
Masculino	(4)	15,8	20,2	31,4	21,9
Feminino	16,0	20,3	25,4	39,5	29,3
Cor ⁽¹⁾					
Negra	11,8	17,4	21,9	33,3	23,2
Não-negra	(4)	18,5	24,1	38,0	29,9
Posição no domicílio					
Chefe	(4)	13,8	17,9	29,2	18,7
Demais	17,8	22,0	26,0	40,3	30,7
Cônjuge	(4)	(4)	20,1	35,3	23,8
Filho	(4)	27,8	32,8	48,3	37,6
Outros	(4)	(4)	(4)	(4)	25,1
Faixa etária					
14 a 17 anos	(4)	(4)	(4)	(4)	38,0
18 a 24 anos	(4)	31,4	39,6	55,8	43,8
25 a 39 anos	(4)	17,1	23,1	41,2	27,0
40 a 49 anos	(4)	(4)	14,5	28,5	18,4
50 e mais	(4)	(4)	(4)	19,5	12,6
Nível de instrução					
Analfabeto	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Fundamental incompleto	(4)	(4)	(4)	(4)	7,4
Fundamental completo ⁽²⁾	(4)	20,7	18,9	23,5	20,3
Médio completo ⁽³⁾	(4)	33,2	33,8	40,3	35,8
Superior completo	(4)	(4)	(4)	49,4	47,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Negra corresponde às pessoas de cor parda e preta. Não-negra corresponde às pessoas de cor branca e amarela.

(2) Inclui indivíduos com ensino médio incompleto.

(3) Inclui indivíduos com ensino superior incompleto

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs.: Grupo 1 corresponde aos 25% de famílias com menores rendimentos per capita, Grupo 2 corresponde aos 25% de famílias com rendimentos imediatamente superiores ao Grupo 1, e assim por diante, até o Grupo 4, que corresponde aos 25% das famílias com maiores rendimentos per capita.

O custeio e natureza institucional da oferta de qualificação profissional

Em relação aos indivíduos que se qualificam realizando cursos de capacitação, mais da metade teve acesso e se manteve nestes cursos – total ou parcialmente – com financiamento próprio. Na RMR, esse percentual alcançou 48,7% da população que realizou cursos. Tal

constatação reitera a percepção de que a qualificação, na maioria dos casos, permanece sendo uma prática dependente do próprio esforço dos indivíduos e de seus familiares.

No que se refere à gratuidade dos cursos oferecidos, destaca-se o fato de mais de um terço dessas oportunidades terem sido gratuitas (34,7%), sendo acessados, preferencialmente, por membros de famílias de menor renda (57,6% no grupo 1). Em sentido oposto, constata-se que a capacitação custeada pelas empresas é mais frequente no segmento mais abastado da população, chegando a corresponder a 28,7% dos indivíduos com experiências formativas (Tabela 11).

TABELA 11
Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais, com cursos de capacitação, por grupos de renda familiar *per capita*, segundo fontes de financiamento
Região Metropolitana do Recife – Maio a Outubro de 2008

Fontes de financiamento dos cursos de qualificação (nos últimos três anos)	Grupo segundo renda familiar per capita - RM				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total ou parcialmente pago com recursos próprios	39,1	46,9	48,3	50,3	48,7
Com recursos da empresa	(1)	(1)	16,3	28,7	16,3
Totalmente gratuito	57,6	44,4	35,0	20,7	34,7
Outras	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs.: Grupo 1 corresponde aos 25% de famílias com menores rendimentos per capita, Grupo 2 corresponde aos 25% de famílias com rendimentos imediatamente superiores ao Grupo 1, e assim por diante, até o Grupo 4, que corresponde aos 25% das famílias com maiores rendimentos per capita.

Em relação à natureza das instituições de realização dos cursos profissionalizantes, o que inclui cursos de capacitação e também os que conferem diplomas de nível técnico a seus egressos, identificou-se a prevalência das instituições de ensino particular, principalmente, a dos institutos de qualificação profissional. Na RMR, estes estabelecimentos respondiam por mais da metade da população atendida (50,4%).

Observou-se também que a qualificação realizada pelo Sistema S e pelas empresas empregadoras atendia preferencialmente à população que dispunha de maior renda – respectivamente, 16,3% e 12,4% eram as proporções dos indivíduos atendidos por esses organismos, no grupo 4 de renda.

Por outro lado, organizações não governamentais, igrejas e associações comunitárias focalizaram suas ações formativas para o mundo do trabalho nos segmentos de menor renda, no qual eram responsáveis pela capacitação de 21,9% dos indivíduos com 14 anos e mais. No conjunto, o esforço dessas instituições correspondia a 12,5% do total dos que participaram em cursos de qualificação (Tabela 12).

TABELA 12
Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais, com cursos de capacitação, por grupos de renda familiar *per capita*, segundo natureza institucional do responsável pelo curso
Região Metropolitana do Recife – Maio a Outubro de 2008

Entidades realizadoras dos cursos de qualificação (nos últimos três anos)	Grupo segundo renda familiar per capita - RM				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Escola técnica	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Faculdade/ Universidade	(2)	(2)	(2)	(2)	2,3
Sistema S	(2)	10,7	13,3	16,3	13,1
Empresa empregadora	(2)	(2)	8,9	12,4	8,1
ONGs, igrejas etc.	21,9	15,9	11,0	6,9	12,5
Institutos de qualif. profissional	44,9	56,1	51,6	46,9	50,4
Demais ⁽¹⁾	19,3	11,4	12,8	12,0	12,5

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Inclui Centros de educação tecnológica, Sebrae, Sindicatos e centrais sindicais, e Outros tipos de entidades.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs.: Grupo 1 corresponde aos 25% de famílias com menores rendimentos per capita; Grupo 2 corresponde aos 25% de famílias com rendimentos imediatamente superiores ao Grupo 1, e assim por diante, até o Grupo 4, que corresponde aos 25% das famílias com maiores rendimentos per capita

Motivos para não qualificação

As razões para não qualificação na RMR, particularmente daqueles residentes que demonstram necessidade e interesse, recai emblematicamente sobre dois obstáculos: a falta de recursos financeiros (19,3%) e a falta de tempo (15,4%). A ausência das condições mínimas para o financiamento de ações formativas, como esperado, aflige mais acentuadamente aqueles que se inserem em agrupamentos familiares de menor renda (27,6%); enquanto a escassez de tempo era registrada em maior proporção entre indivíduos que contavam com a maior disponibilidade de renda de suas famílias (17,5% - grupo 4).

Registre-se, ainda que entre os indivíduos de 14 anos e mais da RMR que não tinham participado de cursos com o objetivo de obter qualificação para o trabalho nos últimos três anos, há destaque nos relatos que fundamentam a não capacitação, na ausência de interesse ou necessidade dos entrevistados (55,4%) (Tabela 13).

TABELA 13
Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais que não participaram de cursos de capacitação, por grupos de renda familiar *per capita*, segundo razões para não qualificação. Região Metropolitana do Recife – Maio a Outubro de 2008

Principal motivo da não qualificação/ capacitação profissional (nos últimos três anos)	Grupo segundo renda familiar <i>per capita</i> - RMR				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Falta de recursos financeiros	27,6	24,0	19,3	10,5	19,3
Falta de tempo	8,9	13,6	16,4	17,5	15,4
Não tem os requisitos exigidos ⁽¹⁾	10,0	7,5	5,8	3,8	6,2
Demais motivos ⁽²⁾	5,1	4,7	3,8	2,5	3,7
Não tem interesse/ não necessita	48,4	50,2	54,7	65,8	55,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Inclui requisitos de escolaridade, idade, etc.

(2) Inclui falta de escolas ou cursos perto da residência ou trabalho; baixa qualidade dos cursos disponíveis; duração muito extensa dos cursos ou outros motivos.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs.: Grupo 1 corresponde aos 25% de famílias com menores rendimentos *per capita*, Grupo 2 corresponde aos 25% de famílias com rendimentos imediatamente superiores ao Grupo 1, e assim por diante, até o Grupo 4, que corresponde aos 25% das famílias com maiores rendimentos *per capita*